

NUMBER 3

CMI INSIGHT

MAIO DE 2020



Foto: F Mira on Flickr
(CC BY-SA 2.0)

Guerra no Norte de Moçambique, uma Região Rica em Recursos Naturais – Seis Cenários

AUTOR

Francisco Almeida dos Santos¹

Desde os ataques de Outubro de 2017 em Mocímboa da Praia, realizados por alegados insurgentes islamistas, vulgarmente referidos como *Ahlu Sunnah Wa-Jama* e localmente conhecidos como *Al Shabab*, não é inteiramente claro quem eram os atacantes, quais são os seus objectivos estratégicos e com que apoio nacional e internacional contam. O presente documento, baseado num entendimento histórico do conflito na província de Cabo Delgado, no norte de Moçambique, procura identificar possíveis intervenientes e cenários no que já deixámos de considerar uma insurreição para passar a considerar uma guerra.

Introdução

Os ataques têm-se dado num momento crítico da história de Moçambique. Em Agosto de 2019, foi assinado pelo Presidente Filipe Nyusi e pelo líder da Renamo Osufo Momade um acordo de paz – o terceiro – entre o Governo e a oposição da Renamo. Complementando uma reforma de descentralização através de uma alteração à Constituição, com enfoque nos governos provinciais, o acordo centra-se na desmobilização, desarmamento e reintegração (DDR) de mais de 5.000 soldados da Renamo – um processo em curso que começou muito lentamente e excluindo uma secção dos guerrilheiros da Renamo ainda activa e mortífera no centro de Moçambique. A capacidade de resposta do governo é política e financeiramente limitada. Defronta-se com duras restrições orçamentais, causadas por vários factores inter-relacionados, cujos principais são:

- os efeitos económicos e fiscais dos 2.200 milhões de dólares de dívidas secretas contraídas em 2013 para financiar projectos duvidosos de pesca e segurança marítima;
- o declínio do crescimento económico e do investimento directo estrangeiro, e das receitas fiscais (excepto as receitas inesperadas da venda à Total da Anadarko e da sua concessão de extracção e liquefacção de gás em Cabo Delgado); e
- a diminuição da ajuda ao desenvolvimento dada através do apoio orçamental, que, juntamente com uma atitude cautelosa de boa governação por parte do FMI e dos principais parceiros de cooperação bilaterais e multilaterais, obriga o governo a recorrer cada vez mais ao crédito nãoconcessional interno e internacional para financiar os défices orçamentais (Mahdi *et al.*, 2019; Müller & Vorrath, 2019).

A deterioração da prestação de serviços públicos e da manutenção das infra-estruturas públicas que daí resultou – especialmente fora da capital, Maputo –, e a desilusão por parte do eleitorado, preocupado com a corrupção e com a tendência autoritária da governação, não afectaram, porém, o resultado das eleições presidenciais, parlamentares e provinciais de 15 de Outubro de 2019. A Frelimo e o seu candidato presidencial, Nyusi, ganharam por larga margem, enquanto os partidos da oposição, organizações da sociedade civil e observadores internacionais os acusavam de fraude generalizada e de irregularidades em todas as fases do processo eleitoral.

Com apoio nacional e internacional cada vez mais escasso, o Presidente e o seu partido enfrentam agora grandes dificuldades para cumprir as suas promessas de combater a corrupção, promover e consolidar a paz, promover a produção e o processamento agrícolas e alimentares de pequena escala, e melhorar os serviços públicos, especialmente o abastecimento de água, de uma forma mais inclusiva. Estes desafios são agora, no início de 2020, exacerbados pelo impacto socioeconómico do estado de emergência declarado a 31 de Março de 2020, devido

à Covid-19. Nestas difíceis circunstâncias, os projectos de gás natural liquefeito (GNL) nas grandes reservas em Cabo Delgado – com um investimento total calculado em mais de 50 mil milhões de USD, para se tornar o Qatar de África – representam um alvar de esperança no horizonte, pelo menos em termos de investimento a montante e a jusante, e de geração de receitas, a partir de 2024 (EIU, 2019).

Fazendo jus ao ditado «um mal nunca vem só», este alvar de esperança pode desaparecer e revelar-se ser uma miragem, por duas razões interligadas. A primeira é a queda dos preços globais da energia, em parte devido ao aumento da produção de petróleo pela Rússia e pela Arábia Saudita, causando uma esperada diminuição da procura, da produção das refinarias, do armazenamento disponível e do retorno das expectativas de investimento na exploração de energia. Isto pode afectar negativamente a vontade da Total e da ExxonMobil de prosseguirem com o seu investimento *on-shore* em Cabo Delgado como planeado. O segundo factor é o crescimento das actividades armadas dos insurgentes de Cabo Delgado, que o governo e as suas Forças de Defesa e Segurança (FDS) reforçadas não conseguiram conter, mesmo com algum apoio de Empresas Privadas de Segurança e Militares (EPSMs) e cooperação policial com a vizinha Tanzânia. O combate às actividades armadas tem um custo elevado, tanto para orçamento do governo como para o orçamento dos investidores.

Está a disseminar-se em estudos e relatórios sobre a revolta de Cabo Delgado a ideia de que os insurgentes são a pontadelança de uma tentativa do Estado Islâmico do Iraque e da Síria (ISIS) e das suas ramificações regionais em África de integrar Cabo Delgado na Província da África Central do Estado Islâmico (ISCAP). Na nossa opinião, todavia, não existe ainda evidência sólida assente em pesquisa nem a exploração científica de outras pistas explanatórias que confirme essa hipótese, apesar de o ISIS afirmar o contrário nas 24 horas que se seguem aos ataques.

Na presente análise, que também tem em conta as dimensões históricas da construção do estado e da economia política em Cabo Delgado, tentamos examinar hipóteses adicionais e complementares sobre as origens e a dinâmica daquilo a que chamamos uma *Nova Guerra* na província mais setentrional de Moçambique. Usamos este conceito como antítese da tese de «massacre do Estado Islâmico», que não foi por enquanto seriamente posta em causa. **O nosso argumento é que, sem um exame mais profundo de determinantes como história política e mudança, etnicidade, interesses de empresas de segurança privada ligadas ao investimento em indústrias extractivas, bem como as relações internacionais, permanecerá incompleto o nosso entendimento da guerra em Cabo Delgado, das suas causas e implicações.**

Depois de analisar essas questões e os seus intervenientes, sugerimos seis cenários considerados mais ou menos relevantes para explicar a dinâmica do conflito em Cabo Delgado. A análise de factores estruturais, como sejam tendências demográficas, pobreza, e jovens desiludidos «na idade da espera» (Honwana, 2013), desigualdade no acesso à

terra e a concessões, atribuição e distribuição a longo prazo de orçamentos e os seus efeitos nos serviços públicos, e violência estrutural do estado, entre outros, não pode ser feita no quadro deste estudo. Remetemos o leitor interessado para Feijó & Maquenzi (2019) e Weimer (2020), bem como para os contributos para este debate de Yussuf Adam,² Professor moçambicano de História de Cabo Delgado. A segunda advertência relativamente ao presente documento é que se abstém de resumir o que já sabemos muito bem sobre os «grupos insurgentes armados», como o facto de terem alcançado força militar, competência estratégica e a uma eficácia cada vez maior da sua acção armada. Na posição de observadores internacionais distantes, com trabalho de campo realizado até finais de Dezembro, não nos compete fazer qualquer avaliação sóbria e informada. A competente equipa de investigação do Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) em Cabo Delgado está muito mais bem colocada para fazer tal avaliação.

Metodologicamente, o estudo baseia-se numa análise da literatura e em trabalho de campo realizado em Moçambique (Maputo e Cabo Delgado) durante o último trimestre de 2019, com entrevistas a 35 informantes principais.³ Os autores gostariam de expressar a sua profunda gratidão a todos os homens e mulheres entrevistados, que contribuíram com valiosíssimas informações e conhecimentos. Por razões óbvias, não são revelados os seus nomes e identidades.

Ação armada recente – novas dinâmicas

Desde Outubro de 2017, quando os ataques armados começaram com um assalto a edifícios da polícia e da administração de Mocímboa da Praia por um grupo de jovens andrajosos, calcula-se que tenham sido mortas 1.000 pessoas e foi destruído um número desconhecido de residências privadas e edifícios públicos. Mais de 100.000 deslocados internos abandonaram os seus lares e os seus campos (Vinha, 2020). Depois dos ataques em Mocímboa, um grande número de deslocados internos foi de barco para

a capital provincial, Pemba. No entanto, segundo fontes governamentais e agências de ajuda ao desenvolvimento, o governo teme que seja dada muita atenção ao nível internacional à crise humanitária que se está a desenrolar em Cabo Delgado e recusou-se, por isso, a reconhecer o estatuto de deslocados internos destas pessoas para autorizar ajuda humanitária que estaria disponível através das agências das Nações Unidas.

Os recentes ataques de desconhecidos armados a três alvos na província de Cabo Delgado, a cidade de Mocímboa da Praia, e as aldeias de Miengalewa e Quissanga, no espaço de três dias (23 a 25 de Março de 2020) revelam ao mesmo tempo uma capacidade de escalar os ataques e de planear e executar com precisão operações militares eficazes. Segundo as notícias veiculadas pela comunicação social, foram mortos ou ferido até 30 soldados do exército, mas poucos civis foram mortos ou feridos, pois os atacantes, pelo menos em Mocímboa, avisaram – directa e indirectamente – as pessoas do seu ataque iminente, que visava quartéis do exército, edifícios das administrações municipais e distritais, bancos e postos de gasolina. Em Quissanga, os residentes tinham sido avisados e abandonaram a zona em grande número, fugindo de barco para as ilhas Quirimbas e a pé para sul, em direcção ao distrito adjacente de Pemba-Metuge. O ataque a Mocímboa foi coordenado entre vários grupos, um vindo do mar em lanchas e outros pelas estradas de acesso, que ocuparam seis pontos de entrada e tomaram posição no bairro da Milamba antes dos ataques à guarnição militar, edifícios públicos, bancos, etc., às primeiras horas da madrugada.

Sobretudo na operação de Mocímboa, os atacantes apreenderam um grande número de armas e equipamentos, incluindo um carro blindado, e roubaram dinheiro dos bancos, distribuindo parte dele à população local. Os reclusos da prisão local também foram libertados. Quartéis e veículos do exército foram incendiados. Em alguns bairros, os moradores acenaram entusiasmados aos atacantes quando



ENCONTROS VIOLENTOS, E ATAQUES ARMADOS

(exército/polícia, insurgentes, civis)



Eventos violentos
por Mês



2017

Out-Dez

3 Eventos violentos



2018

19 Eventos violentos



2019

34 Eventos violentos



2020

Jan-Abr

43 Eventos violentos



estes se foram embora, envergando uniformes das Forças Armadas e Defesa de Moçambique (FADM), novas armas e a bandeira negra do ISIS, despedindo-se com um breve «*la ilaha illallah*».⁴ Em Mocímboa e Quissanga, os homens armados posaram para fotos em frente aos edifícios do governo, para documentar o acontecimento para um público mais vasto, sobretudo nas redes sociais.

Onde estavam as FDS durante os assaltos? O nome FDS sugere uma força combinada e coordenada composta pela Polícia da República de Moçambique (PRM) (incluindo a sua força especial altamente militarizada, a Unidade de Intervenção Rápida e outras unidades especializadas), sob o comando do Ministério do Interior, e as FADM. Estas últimas, com o seu exército, a sua pequena força aérea e a sua pequena marinha, estão sob o comando do Ministério da Defesa. Parece não ter havido muita concertação nem coordenação nas FDS para repelir imediatamente os ataques armados. Não se viu estas forças oferecerem resistência aos ataques, excepto numa alegada troca de tiros em Miengalewa. Segundo fontes locais, alguns soldados acantonados no quartel de Mocímboa trocaram os camuflados do exército por trajes civis e misturaram-se com a população civil, usando o mesmo estratagema protector que alguns membros superiores dos governos municipais e distritais, que temiam pela vida. Os reforços chegaram tarde a Mocímboa, pouco antes de os insurgentes deixarem voluntariamente a cidade.

Segundo as nossas fontes, a imagem generalizada das FDS é que são incapazes de cumprir a sua missão de defender a população civil de ataques violentos dos insurgentes, além de estarem mal vistas pela população devido à abordagem que usam para controlar essa mesma população com mão de ferro, e às notórias violações dos direitos humanos. De facto, diz-se que, três dias antes do ataque de 23 de Março a Mocímboa, uma grande parte do contingente de Mocímboa, incluindo a estrutura de comando, se retirou para Mueda, o quartel-general operacional das FDS para o âmbito de operações em Cabo Delgado. Isto aconteceu durante a visita do Presidente Nyusi, o comandante supremo das FDS, que, de camuflado, reafirmou, num discurso às tropas, a preparação para o combate e a dedicação das forças armadas à protecção do povo.

Malfeitores ou guerra civil?

O conflito em Cabo Delgado deve-se, na lógica da perspectiva governamental, aos chamados «malfeitores» vindos do estrangeiro, instrumentalizando jovens muçulmanos moçambicanos desfavorecidos e radicalizados nas suas tentativas de contestar a exploração dos recursos de gás natural, em particular no Distrito de Palma, onde está em construção a fábrica de GNL e respectivas infra-estruturas. Esta narrativa governamental não é coerente (Chichava, 2020). No período que se seguiu aos primeiros ataques armados a unidades policiais em Mocímboa da Praia, em Outubro de 2017, o governo sugeriu que a polícia e os tribunais se ocupariam dos actos criminosos dos «malfeitores». No entanto, colocou tropas bem equipadas e bem armadas em Cabo Delgado, com poderes

extraordinários não consagrados na Constituição, como seja o de deter suspeitos, particularmente jornalistas.

As clivagens entre os ministérios da Defesa e do Interior também se tornaram óbvias em Fevereiro de 2020, ao fazerem declarações públicas contraditórias. Enquanto o Ministro da Defesa declarava que as fotos de militantes insurgentes de pé num veículo militar capturado e brandindo a bandeira do ISIS eram manipuladas e falsas, o porta-voz da PRM confirmava a sua autenticidade.⁵ E há uma ruptura notória e perigosa, nomeadamente no exército, entre os comandantes e os soldados rasos. Estes últimos, muitas vezes novos recrutas com poucos meses de treino e pouca preparação para o combate, sentem que não os informam sobre o porquê de uma luta contra um inimigo opaco, que eles não compreendem. E sentem-se mal equipados e abandonados a si próprios no mato para lutar contra um «rebelde» mal definido e anónimo. Diz-se que o moral é baixo, e muitos soldados aparentemente vendem uniformes e armas para fugir a uma guerra que não consideram sua.

Se estiver correcta, a narrativa atrás referida de um ataque do exterior ao projecto de GNL com a ajuda da juventude muçulmana militante local ajudaria a compreender a opinião do Presidente e dos seus ministros da Defesa e do Interior sobre duas questões. Em primeiro lugar, porque é que os alvos dos ataques armados se deslocam para sul, afastando-se da localização do GNL no distrito de Palma, e passando por distritos costeiros (Macomia, Quissanga e Meluco) em direcção a Pemba, a capital provincial? E por que razão o governo e as FDS proíbem todas as reportagens da comunicação social e quaisquer investigações sobre o conflito? Partimos do princípio de que o jornalismo e a investigação académica podem ser fundamentais para esclarecer a identidade dos atacantes, as suas motivações e a sua agenda – aquilo, enfim, que o governo afirma precisar de saber para entabular conversações directas com o «inimigo», como o Presidente Nyusi várias vezes afirmou publicamente.

Numa perspectiva analítica, estas perguntas sem resposta fazem parte dos «mistérios» desse conflito «sem rosto», que muito preocupa vários analistas internacionais (por exemplo, Allison, 2019). E apontam para a necessidade de compreender melhor a verdadeira natureza do conflito em Cabo Delgado e a sua pluralidade de factores e dimensões (Pirio *et al.*, 2019). Na nossa leitura do conflito, subscrevemos o que Mary Kaldor, directora da Unidade de Investigação do Conflito e Sociedade Civil da London School of Economics rotulou como uma *Nova Guerra*. Neste tipo de guerra, as partes beligerantes lucram com a perpetuação do conflito e não com a vitória, como acontecia nas *Antigas Guerras* entre inimigos bem definidos, que terminavam geralmente com a derrota de um pelo outro ou com um acordo político entre dois soberanos. Nas palavras de Kaldor, as *Novas Guerras* são

«guerras, onde a tributação diminui e as finanças bélicas consistem em saques e pilhagens, comércio ilegal e outras receitas geradas pela guerra. São guerras em que as distinções entre combatente e não combatente, violência legítima e criminalidade todas se vão desvanecendo.

São guerras que exacerbam a desintegração do Estado – diminuição do PIB, perda de receitas fiscais, perda de legitimidade, etc. Criam, sobretudo, novas identidades sectárias (religiosas, étnicas ou tribais) que corroem o sentido de uma comunidade política partilhada» (Kaldor, 2005).

Assim, a *Nova Guerra* que está a surgir em Cabo Delgado tem todos os elementos essenciais de uma guerra civil, o termo usado por Joseph Hanlon para caracterizar um conflito que outros preferem rotular, de uma forma simplista, monocausal, quase assente em teorias de conspiração, como «insurreição» de muçulmanos radicais com apoio jihadista internacional.

A História importa

Segundo literatura académica como *The Logic of Violence in Civil Wars* («A Lógica da Violência nas Guerras Civis», Kalyvas, 2007) ou *Networks of Rebellion. Explaining Insurgent Cohesion and Collapse* («Redes de Rebelião. Explicar a Coesão e o Colapso dos Insurrectos», Staniland, 2014), eis alguns factores explicativos decisivos para este tipo de *Novas Guerras*, que significam negócios para alguns e morte e miséria para muitos pobres:

- interesses visíveis e ocultos, legítimos e ilícitos, nacionais e estrangeiros;
- reivindicações históricas de poder e recursos e sua contestação por recém-chegados;
- clivagens étnicas e religiosas, juntamente com mitos e estereótipos sobre o outro;
- interesses dos *Homens Grandes* locais, e
- ressentimentos e agravos mútuos por resolver entre grupos, anteriores ao conflito.

Num cenário deste tipo, a violência selectiva, muitas vezes exagerada sob a forma de actos brutais de homicídio, é utilizada nomeadamente para ofuscar a identidade do «dono» da violência, que, para perpetrar os ataques, precisa de ter meios e homens com conhecimento da realidade local. Também é usada violência contra as pessoas do mesmo grupo, para exercer pressão de grupo sobre os indecisos. E pode fazer parte da guerra psicológica, ou seja, um estratagema para desviar a atenção dos actos violentos do próprio grupo, usando o estilo violento atribuída ao inimigo.

Cabo Delgado, que entrou tarde na construção formal do estado moçambicano no seu território actual, tem todos os ingredientes históricos de conflito para servir de palco a uma guerra. O colonialismo português, que chegou depois do domínio muçulmano ao longo da costa suaíli, foi violentamente projectado através da Companhia do Niassa, uma companhia concessionária subcapitalizada, com as suas práticas coercivas e militarizadas de exploração de mão-de-obra e recursos naturais, em competição parcial com os governantes muçulmanos da costa suaíli fiéis ao sultanato de Zanzibar e Kilwa (Newitt, 1995; Medeiros, 1997). Isto estabelece uma distinção entre os macondes,



grupo «ligado à terra «do interior, sujeito à cristianização e ao «aportuguesamento», e os muçulmanos falantes de muáni «ligados ao oceano» na costa suaíli, que se dedicavam ao comércio de bens e escravos.

Apesar da colonização e da cristianização, os muçulmanos da costa alargaram o seu controlo ao interior, através de casamentos e associações com líderes africanos. Tornar-se-iam, nas palavras de Rafael de Conceição (2006), o «inimigo não declarado» e o obstáculo à construção do Estado português. A colonização baseava-se no controlo de algumas cidades costeiras como Tungue (hoje Palma), Mocimboa da Praia e Ibo, a capital da Companhia do Niassa, e no seu sistema de trabalho forçado, o chibalo, juntamente com tentativas aleatórias de cooptar os macondes das terras altas à volta de Mueda, inclusive através de escolas das missões cristãs.

Mueda, nas terras altas de Cabo Delgado, é considerada o berço da luta armada de libertação nacional moçambicana, em que os macondes constituíram a principal força de combate. Como Israel (2006) demonstrou, é aqui que é mais forte a identificação com a Frelimo, esse movimento composto por três movimentos de orientação regional/étnica que foram violentamente reunidos num só. Particularmente relevante para nossa análise é a história inicial da Frelimo com a sua violência, as suas divisões e os assassinatos de líderes (Opello, 1975; Marcum, 2018). Uma das vítimas proeminentes foi o primeiro presidente da Frelimo, Eduardo Mondlane, que foi assassinado em Dar-es-Salam a 3 de Fevereiro de 1969, em circunstâncias ainda não totalmente esclarecidas (Cruz e Silva, 2018). E os macondes estavam divididos entre uma ala militar em torno de generais como Alberto Chipande e Raimundo Pachinuapa, por um lado, e, por outro, os seguidores de Lazaro Nkavandame. Nkavandame, um líder maconde muito estimado, tinha, no início dos anos 60, criado e propagado um conceito difuso de um Cabo Delgado com algum grau de independência, como primeiro passo para a libertação nacional, sendo, por isso, rotulado de «tribalista contra-revolucionário» e executado

por um pelotão de fuzilamento após a Independência (Laweki, 2019; Pachinuapa et al., 2019).

Houve também uma divisão entre os líderes da Frelimo vindos do norte e centro de Moçambique, incluindo Nkavandame, e o vice-presidente da Frelimo Uria Simango (também executado sem julgamento após a independência) e os chamados «sulistas», chefiados, numa fase posterior da luta armada, por Samora Machel, então secretário do Departamento de Defesa da Frelimo (Marcum, 2018). Machel tornou-se o primeiro presidente de Moçambique e teve uma morte trágica numa queda de um avião militar de fabrico soviético a 19 de Outubro de 1986, em circunstâncias ainda por esclarecer publicamente (Cabrita, 2000). O recente livro de Luís de Brito demonstra como estes conflitos se arrastaram após a independência e a maneira como os grupos dominantes da elite da Frelimo se consolidaram e reforçaram a sua hegemonia, usando princípios selectivos de marxismo e socialismo (Brito, 2019).

Há um factor étnico?

Pode ser necessário conceber as lutas violentas pelo poder dentro da Frelimo como um conflito entre uma «efémera elite local de espírito tacanho de capitalistas e chefes tribais macondes» e uma elite «cosmopolita e modernizadora» de orientação socialista, de Maputo (Derlugian & Earle, 2013), mas não é suficiente para as explicar completamente. Seria necessário pressupor que as clivagens e dissidências intraétnicas acima referidas continuam a existir hoje e são consideradas relevantes para a análise da guerra civil em geral (Staniland, 2016) e em Cabo Delgado em particular (Devermont, 2019). Por exemplo, segundo diversos informantes principais, alguns macondes fazem uma distinção entre macondes de Muidumbe («macondes de primeira») e macondes de Mueda («macondes de segunda»), queixando-se os primeiros de não terem visto os benefícios do seu contributo e sacrifícios para a guerra pela Independência. Durante a fase inicial da luta de libertação, o bispo D. José Inácio dos Santos Garcia, da Sociedade Missionária da Boa Nova e da Diocese de Porto Amélia (hoje Pemba), assinalou no seu diário chamado *A Guerra dos Macondes*:

«A 1 de Outubro de 1964, dois membros da FRELIMO assassinaram cobardemente o condutor do autocarro de Mueda para Muidumbe. No posto administrativo do Chai, algumas mulheres e crianças que estavam à varanda foram alvo de um grupo de insurgentes, que felizmente não atingiu ninguém. Um agente policial europeu obrigou os insurgentes a fugir, abandonando armas e parte dos seus uniformes. A 9 de Outubro, foram atacados os primeiros armazéns Matide e Ngole. Em Nangololo, foram ameaçados alguns macondes que não eram simpatizantes do Movimento de Libertação e outros foram mortos pela mesma razão. Foram liquidados vários régulos considerados amigos dos europeus» (Santos Garcia, 2015).

Santos Garcia conta também que muitos macondes foram para a Tanzânia, fugindo a estas atrocidades, «incluindo quase todos os professores... As escolas foram todas fechadas e os professores macondes, por serem mais de uma vez atacados por membros da FRELIMO foram para casa. No dia 8 de Outubro os professores macondes foram quase todos para o outro lado da fronteira, onde estavam mais seguros» (ibid).

Esta divisão intraétnica reemergiu e tornou-se óbvia em Muidumbe, em meados de 2005, quando, segundo um informante principal, se atribuiu a dos generais veteranos da guerra de libertação a afirmação de que a Frelimo «nasceu aqui e pode acabar aqui», se fossem só os «sulistas» a usufruir dos benefícios materiais da independência.

Esta clivagem norte-sul dentro da Frelimo é reforçada pela diferença entre a riqueza dos *Homens Grandes* macondes e suas famílias, em Cabo Delgado, adquirida através da sua aliança com os «sulistas», e a pobreza relativa dos macondes vulgares. A história da «guerra dos leões», narrada por Israel (2009), sugere que, em 2008, quando várias pessoas foram atacadas pelos leões, em Muidumbe, os macondes ricos, ligados ao governo local, foram considerados feiticeiros que tinham adquirido ilicitamente a sua riqueza e foram por isso linchados. Além disso, a divisão étnica e o conflito entre os macondes e os falantes de muâni e macua, em Cabo Delgado, com o Islão como «inimigo de sempre» (Conceição, 2006), têm sido promovidos de várias formas. Recentemente foram agravadas pela percepção do povo da costa suaíli de que não são insurgentes desconhecidos, mas sim alegados «senhores nacionais da violência armada» que executam esses actos horrendos, instrumentalizando para esse fim os muçulmanos radicalizados. Como disse um funcionário público superior do distrito do Ibo entrevistado durante este estudo, estes actos violentos visam «varrer-nos [...] da nossa terra».

Se Cabo Delgado representa o macrocosmos de um conflito violento, Mocímboa da Praia é o seu microcosmo, onde várias dimensões de conflito convergem como no foco de uma lupa (Weimer, 2020). Isto implica que há velhos rancores e convicções estereotipadas que podem sugerir uma rebelião muâni contra o que consideram uma invasão do povo maconde e dos interesses da sua terra, actividade económica e modo de vida, ou percebem até como opressão directa por parte dos «novos senhores» das terras altas. O facto de, do ponto de vista histórico, a religião dos muânis, o Islão, ser considerada inimiga dos macondes e da Frelimo em Cabo Delgado só reforça esta percepção.

A nosso ver, as tentativas do presidente Nyusi de *macondizar* os escalões superiores do comando da PRM, das FADM, das FDS e do Serviço de Informações e Segurança do Estado (SISE), criando um «Pentágono Maconde», não ajudam a reduzir o potencial de conflito inerente e herdado. Diz-se que estas tentativas são encaradas de forma crítica dentro destas instituições. E a expansão dos interesses empresariais macondes, sobretudo em Cabo Delgado, através de empresas e participações de familiares dos *Homens Grandes* e acordos com parceiros comerciais internacionais,

nem sempre é vista com bons olhos por muitos dos habitantes de Cabo Delgado por nós entrevistados. Segundo um dos informantes principais, há um sentimento geral de que os líderes provenientes das terras altas dos macondes estão a tentar coltar a afirmar-se e tornar-se mais agressivos na forma como tentam reforçar e controlar o poder económico e político.

Muitas pessoas de Cabo Delgado, exceptuando os macondes, acreditam que a riqueza da sua província é sua e pertence antes de mais às pessoas da província... Há alguns anos, uma fonte referiu o facto de um grupo de macondes ter estudado casos de autonomia territorial e secessão em países africanos ricos em recursos, visitando, por exemplo, Cabinda, em Angola, e o delta do Níger, na Nigéria. Após a muito duvidosa e contestada «vitória eleitoral» de Nyusi e do seu partido nas eleições de Outubro de 2019, observa-se de forma crítica que pessoas leais a estes líderes estão a ser colocadas na administração pública para assegurar que os interesses económicos na exploração das riquezas naturais de Cabo Delgado permaneçam sob controlo dos *Homens Grandes* e os beneficiem a eles (entrevista, informador principal).

As reivindicações do poder estabelecido contra as reivindicações dos novos poderosos

A crescente influência maconde nos negócios e serviços de segurança e particularmente a influência do *recém-chegado* Presidente Nyusi e dos seus familiares pode certamente não ser do agrado de seu predecessor, Armando Guebuza. Guebuza, a sua família e os seus parceiros de negócios tinham, durante o período da sua governação (2005 a 2014), reivindicado as concessões e títulos de uso da terra para agricultura, infra-estruturas, turismo e empreendimentos mineiros, também em Cabo Delgado. O *Livro Branco dos Recursos Naturais em Cabo Delgado*, elaborado a partir de meados da década de 1990, com assistência técnica da Agência Espanhola de Cooperação Internacional, foi um instrumento fundamental para informar potenciais investidores nacionais e internacionais sobre lucrativas oportunidades de investimento em Cabo Delgado. O *Livro Branco* inclui exaustivas descrições e análises de todos os recursos naturais (água, minerais, florestas, terras agrícolas, fauna bravia, etc.), fazendo de Cabo Delgado a única província a ter um inventário dessa natureza para informar investidores cuidadosamente seleccionados. Isto explica em parte a grande quantidade de investimentos na economia extractiva em Cabo Delgado, no sentido mais lato, incluindo mineração, silvicultura e agricultura.

Segundo o Cadastro Mineiro de Moçambique,⁶ toda a superfície terrestre de Cabo Delgado, com excepção do Parque Nacional das Quirimbas, foi concessionada, em detrimento dos interesses da população local na agricultura de pequena escala, mineração artesanal e recolha de produtos florestais para construção, produção de carvão vegetal, etc. Muitos dos novos concessionários pertencem aos *Homens Grandes*⁷ da província, ou seja, à «elite de espírito tacanho de capitalistas e chefes tribais macondes» alegadamente

derrotados pela «elite cosmopolita e modernizadora» de Maputo, segundo a argumentação de Derlugian & Earle (2013).

Em Moçambique, é do conhecimento geral que o antecessor de Nyusi, Guebuza, tinha planos de colher os benefícios a longo prazo dos investimentos que ele, a sua família e os seus associados de negócios fizeram durante a sua presidência. Foram feitas tentativas nesse sentido, nomeadamente alterando a Constituição para lhe permitir acumular mais mandatos presidenciais que os dois até então admitidos, promovendo pessoas que lhe eram leais como candidatos da Frelimo às eleições presidenciais de 2014 e mantendo a presidência do partido Frelimo depois de Nyusi ter sido eleito presidente da nação. Nyusi não era obviamente o candidato favorito de Guebuza à sua sucessão, e a transição do presidente em exercício para o novo presidente reflectia uma «contundente disputa de poder» (Vines *et al.*, 2018: 21) por influência, recursos e lealdades dentro do partido. Enquanto o anterior presidente estava interessado em defender e aumentar a influência directa e indirecta e os lucros previstos, o novo presidente, interessado em afirmar-se politicamente e afirmar politicamente os seus familiares, e em aproveitar a oportunidade de obter para si e para os seus um quinhão das crescentes oportunidades de negócios.

Um exemplo é o conflito em torno de um dos projectos favoritos de Guebuza, a Base Logística de Pemba para os projectos de exploração de gás em Palma e Afungi. Esta base logística, anunciada pelo Governo de Guebuza em 2013 é propriedade da Portos de Cabo Delgado, juntamente com os Caminhos de Ferro de Moçambique e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH) como únicos accionistas, detendo cada uma das empresas 50% das acções. A concessão foi atribuída à ENH Integrated Logistics Service (ENHILS), uma empresa privada detida a 51% pela ENH Logistics (propriedade da ENH) e a 49 % pela Orleans Invest, sendo o bilionário italiano Gabriele Volpi (um dos parceiros de negócios da família Guebuza) o accionista maioritário da ENHILS. No entanto, a área inicial de 10.500 ha solicitada por Guebuza e associados em 2013 foi reduzida a apenas 1.500 ha pelo governo posterior.

Este e outros conflitos sobre bens e investimentos podem analisar-se como fazendo parte de um jogo de poder entre o anterior presidente e o novo, inclusive através de lentes étnicas – um jogo em que um ganha o que o outro perde. Não causa, pois, estranheza que Guebuza tenha falado de «forte tribalismo» no seio da Frelimo,⁸ por ocasião da reunião do Comité Central da Frelimo realizada na Matola, de 3 a 5 de Maio de 2019, aludindo ao perigo de repetir a violenta história do início da Frelimo de conflitos étnicos opondo «nortenhos» a «sulistas». O facto de o governo de Nyusi ter acedido, no contexto dos processos judiciais associados às dívidas ocultas, a deter e acusar um familiar, colaboradores e aliados de Guebuza certamente não ajudou a promover a reconciliação entre o actual chefe de estado e o anterior, mas pode ter reforçado a interpretação de uma vingança étnica por parte deste último.

A guerra é negócio: sobre empresários militares privados

Ao *macondizar* o aparelho de segurança durante o seu primeiro mandato presidencial, Nyusi ajudou a criar oportunidades de negócios individuais para os chefes militares. Fontes fiáveis entrevistadas para o presente estudo afirmam que a empresa privada que fornece apoio logístico e abastecimento às FDS pertence ao ex-ministro da Defesa Atanásio M'tumuke, natural de Muidumbe. Uma fonte próxima do exército sugeriu que provavelmente quatro de cada dez Land Cruisers adquiridos pelo exército estão «privatizados» por oficiais superiores. Recentemente foi revelado na imprensa que M'tumuke, juntamente com o anterior ministro do Interior, tinha assinado um acordo com os principais protagonistas do negócio do gás (a Total, substituindo a Anadarko, e a ENI, ou seja, a Mozambique Rovuma Venture) para fornecer serviços militares e de segurança através das FDS para os intervenientes do negócio do gás e financiados pelas partes interessadas.

Não se sabe se a companhia aérea privada Asas do Indico faz parte do negócio dominado pelos macondes em Cabo Delgado. Transporta, porém, reforços militares de Pemba para Palma e, na rota de regresso, transporta viajantes privados, evacuados de Palma com medo de ataques, a tarifas exorbitantes. Outras empresas privadas do ramo da segurança são a Control Risks, sediada no Reino Unido, que fez uma parceria com a empresa Executive Logistics, registada em Moçambique e dirigida por dois ex-militares da força aérea e da marinha dos Países baixos, ao que consta ambos próximos de Nyusi. A Control Risks é contratada pela ExxonMobil, entre outras funções, para proteger o pessoal em trânsito. Isto implica a avaliação de risco antes da viagem, protocolos rigorosos de gestão de viagens e apoio de segurança aos viajantes, e, de preferência, coordenação com as FDS.

Nyusi e M'tumuke – este último um dos primeiros membros da Frelimo a formar-se em infantaria motorizada no curso de oficiais de Vistrel, em Moscovo – foram fundamentais para uma aproximação à Rússia, que já foi um potentado mundial e que procura agora um maior protagonismo geopolítico. Isto inclui a ajuda militar e o apoio do Grupo Wagner. Esta empresa de segurança, em termos legais e formais é uma empresa privada, parece estar ligada à contra-espionagem do exército russo e ao presidente Putin – através de Yevgeny Prigozhin, um empresário de serviços de restauração/segurança sediado em São Petersburgo e conhecido como «o cozinheiro de Putin», (Østensen & Bukkvoll, 2018; Dolinina, *et al.*, 2019). O Grupo Wagner é provavelmente uma empresa privada militar pertencente ao estado, que tem sido utilizada como instrumento das políticas externas e de segurança da Rússia. É conhecido por ter intervindo na Síria, Líbia e República Centro-Africana, entre outros países, alavancando as intervenções estratégicas de Moscovo e a sua projecção de poder ao nível global (Stronski, 2019).

Em Moçambique, diz-se que são assessores do exército há vários anos. Em Setembro de 2019, duas semanas antes das eleições gerais, viuse descarregar equipamento militar russo no aeroporto de Nacala, incluindo helicópteros militares. Parece que este equipamento serve para apoiar as tropas de combate do Grupo Wagner, calculadas em 200 homens destacados no norte de Cabo Delgado e estacionados em Mueda. A perda de até dez soldados Wagner em combate com insurgentes, em Novembro de 2019, motivou a retirada destas forças para Nacala, a sua base logística, que, ao que parece, tem também um navio da marinha russa (Thabiti, 2020). Diz-se que o Grupo Wagner e seus chefes são responsáveis pelo assassinato de três jornalistas russos que investigavam as actividades desse grupo na República Centro-Africana. O *Moscow Times* cita o jornal russo *Novaya Gazeta* dizendo que os mercenários do Grupo Wagner executaram decapitações, quando apoiaram regime sírio contra o ISIS em 2017.⁹

Os interesses russos em Moçambique, porém, vão muito além do destacamento de operativos do Grupo Wagner. O Grupo Wagner pode ser a ponta-de-lança de uma estratégia económica destinada a fazer da Rússia um actor importante no negócio do gás e petróleo moçambicano, através das suas empresas paraestatais Gazprom e Rosneft (da qual o Qatar é um dos principais accionistas). Isto faz parte de um jogo geoestratégico de poder e influência globais, no qual os EUA e a China são os principais competidores (Stronski, 2019; Sukhankin, 2019). A intensificação dos contactos com a Rússia, tendo Nyusi e altos funcionários do governo, e também da empresa paraestatal de energia ENH, visitado a Rússia várias vezes no decorrer de 2019, sublinha o aumento da cooperação entre Moscovo e Maputo, e o interesse estratégico da Rússia no sector energético de Moçambique.

A França, com a sua presença no Oceano Índico, desempenha um papel menor, mas não é, de modo algum, um interveniente insignificante, dada a presença do gigante francês da energia Total e do seu interesse em colaborar também nos campos militar e da informação, por exemplo, fornecendo drones de reconhecimento construídos pela Airbus em Toulouse.¹⁰ Alguns gestores seniores do negócio global de petróleo consideram o Total um “exército”. Também as EPSMs da África do Sul consideram Moçambique e Cabo Delgado um mercado à sua porta, segundo um informante principal. Eeben Barlow, fundador da Executive Outcomes e proprietário de uma EPSM chamada STTEP (*Specialised Tasks, Training, Equipment, and Protection International*) considera certamente este mercado, sugerindo que as EPSMs sul-africanas decerto têm vantagens comparativas sobre o Grupo Wagner e outros concorrentes.¹¹

Muitos observadores nacionais e internacionais seguiram atentamente o acordo obscuro entre três empresas privadas moçambicanas (a EMATUM, a MAM e a Proindicus), ligadas ao SISE e à Prininvest, uma filial da Abu Dhabi Mar, e as suas consequências políticas, económicas e jurídicas (ver Vines *et al.*, 2018). O acordo foi firmado nos últimos dois anos do governo de Guebuza com a empresa internacional

de construção naval e segurança marítima sediada em Abu Dhabi, que tem como accionista o príncipe herdeiro deste emirato. O acordo foi financiado pelos famosos créditos ilegais de 2.200 milhões de USD concedidos pela Prinvest e obtidos do Credit Suisse e do banco russo VTB, sem conhecimento do público moçambicano nem da Assembleia da República. Teve grandes custos para a economia moçambicana e para o estado, em termos de declínio da economia, stress fiscal e perda de reputação e de credibilidade ao nível internacional. Ficaram a ganhar com o acordo, em termos de subornos e luvas recebidas, cerca de duas dúzias de pessoas ligadas ao então presidente, membros da sua família e dos seus círculos mais próximos, que cumulativamente receberam até 150 milhões de USD. No processo judicial em Nova Iorque contra o gestor da Prinvest, Jean Boustani, revelou-se que a empresa considerava Guebuza não só a pessoa mais rica com vastos interesses empresariais em Moçambique, mas também um parceiro de negócios a longo prazo em que valia a pena investir.¹²

Juntamente com a Prinvest, entrou também em cena Eric Prince. Prince é um antigo membro das SEAL, as Forças de Operações Especiais da Marinha dos Estados Unidos, e é proprietário da Blackwater Inc, uma agência de segurança privada contratada pelo exército americano no Iraque, conhecida por matar civis. Ocupa o cargo de director-executivo do Frontier Service Group (FSG), com sede em Hong Kong, cuja filial Lancaster 6 Group é considerada por alguns um prestador de serviços militares privados e, por outros, um grupo de mercenários. Prince, que residiu já em Abu Dhabi, onde tinha registada uma empresa de segurança, teve a seu cargo a criação de uma guarda pretoriana para os governantes dos Emirados Árabes Unidos (EAU) e, como tal, tem sido considerado um assessor importante da política externa e militar do príncipe herdeiro de Abu Dhabi (Isenberg, 2017). Juntamente com a Abu Dhabi Mar e outras empresas, Prince teve um papel na consolidação da forte base tecnológica, industrial e de defesa de Abu Dhabi. As empresas de Prince fazem parte da arquitectura estratégica e política dos Emirados para o Nordeste de África e o Oceano Índico Ocidental, que tem uma agenda religiosa, económica, militar e de cooperação para o desenvolvimento. São exemplos disso o apoio militar dos EAU ao governo do Iémen contra os insurgentes houthis do Iémen apoiados pelo Irão, através de uma força de intervenção dos Emirados e da criação de cabeças-de-ponte ao longo da costa da Somália. Diz-se que Prince desempenhou um papel chave em ambas as acções (De Waal, 2018; Cole, 2019).

Em Moçambique, Prince tornou-se famoso por duas razões principais. A primeira é que, na sua visita a Maputo em Dezembro de 2017 quando o FSG se tornou accionista da EMATUM, (agora chamada TUNAMOZ), gabou-se de ser capaz de «resolver» o problema da insurreição em Cabo Delgado em semanas. E a segunda é que, em Agosto de 2019, o Lancaster 6 Group colocou dois helicópteros de combate Alouette Gazelle 341 à disposição do exército moçambicano, alegadamente para o combate aos revoltosos. No entanto,

os helicópteros foram retirados, ao que consta sem terem chegado a entrar em acções de combate, para darem lugar a helicópteros e tropas Wagner fornecidos pela Rússia. As circunstâncias desta substituição e quais os principais intervenientes políticos e militares nela envolvidos não foram investigados nem devidamente explicados. O mesmo se se pode dizer das alegações, feitas por um dos principais informadores bem posicionados em Cabo Delgado, que, em 2012, durante a governação de Guebuza, foi criada uma unidade militar especializada, que foi treinada numa base na densa mata de distrito de Nangade, unidade essa cujo propósito, dimensões e estrutura de comando e controlo continuam a ser pouco claros. Segundo esta fonte credível, diz-se que esta unidade terá motivado, treinado e equipado combatentes moçambicanos, alguns dos quais possivelmente com formação universitária. Seja como for, pelo menos durante a era de Guebuza, a Abu Dhabi juntamente com os EAU devem ser considerados actores estratégicos em Moçambique e Cabo Delgado. Desde 2013 que os EAU são a principal fonte de investimento directo estrangeiro¹³ em Moçambique e o relacionamento da Abu Dhabi com as três empresas-fantasmas acima mencionadas e os seus estreitos laços com o «império empresarial» de Guebuza são mais do que óbvios. Além disso, a riqueza de Cabo Delgado em recursos naturais e energéticos é certamente atractiva para os EAU, dada a sua própria participação no mercado global de energia, a falta de uma base de recursos naturais e as ambições geoestratégicas de se virar para o exterior (International Crisis Group, 2018).

Há uma clivagem no exército?

Em relação aos ataques de insurgentes e às operações militares e actividades de contra-insurgência por parte das FDS e dos seus aliados em Cabo Delgado, diz-se que existe um plano estratégico do governo da província,¹⁴ identificando o inimigo como grupos muçulmanos radicais estrangeiros que colaboram com os seus parceiros locais. O plano prevê o restabelecimento do sistema piramidal de vigilância popular, organizado por grupos de 10 casas, bairros residenciais, bairro etc., que a Frelimo havia introduzido dois anos após a independência, com o objectivo de identificar, denunciar, deter e interrogar suspeitos. O sistema é rejeitado por muitos, porque evoca a forma como foi abusado pelo Serviço Nacional de Segurança Popular (SNASP) e pelos Tribunais Revolucionários durante a fase socialista da Frelimo, dando aso a prisões arbitrárias, tortura e até assassinatos sem qualquer prestação de contas, a não ser ao partido (Machava, 2011). A reintrodução do sistema de vigilância popular deve encarar-se como uma faca de dois gumes, pois pode ajudar a proporcionar uma sensação de segurança, por um lado, e, estando sujeito a abusos, pode também, por outro lado, promover a causa dos insurgentes.

A recente onda de ataques mostra que os atacantes têm uma lógica estratégica clara e um comando operacional, estão bem equipados e estão intrinsecamente familiarizados com o terreno, mostrando capacidade de reconhecimento.

Constituem, por conseguinte, um formidável desafio para as FDS e os seus aliados, que sofrem de falta de motivação e de deserções de soldados rasos. Fontes próximas das forças armadas sugerem até a possibilidade um comando dividido das FDS, com uma parte executando missões de combate, enquanto a outra parte tenta impedir e sabotar essas missões, fornecendo informações e coordenadas falsas, fazendo assim o jogo dos insurgentes. Não se sabe bem até que ponto a clivagem entre Nyusi e o seu antecessor se reflecte nas altas patentes do exército. Segundo um ex-ministro por nós entrevistado, uma parte considerável do exército é considerada leal a Guebuza, louvando-o pela sua política e acção de reforçar o exército, depois de anos de negligência durante a era de Chissano, após o Acordo de Paz de Roma com a Renamo, em 1992. O semanário *Magazine Independente* parte do princípio de que Nyusi e as FDS são combatidas e «torpedeadas» no palco de guerra de Cabo Delgado por outros grupos anónimos no que parece ser uma disputa de poder dentro da Frelimo.¹⁵

As sementes do Wahabismo – rumo a um estado islamista em Cabo Delgado?

E se os insurgentes estiverem directamente ligados ao ISIS e a outros grupos como as Forças Democráticas Aliadas (FAD), como sugere o relatório do Secretário-Geral ao Conselho de Segurança das Nações Unidas (4 de Fevereiro de 2020)? Este relatório afirma:

«...segundo vários estados-membros, o ISIL [Estado Islâmico no Iraque e Levante] em Puntland funciona agora como centro de comando das ramificações do ISIL na República Democrática do Congo e em Moçambique e tem a seu cargo redes avulsas de apoiantes destas ramificações» (Conselho de Segurança das Nações Unidas, 2020: 5/17).

Será que isto demonstra realmente que os insurgentes moçambicanos fazem, de facto, parte da Al Qaeda e do ISIS¹⁶ que operam através das ramificações do ISIL na Somália e das FDA? Para responder a esta pergunta, há que ter em conta, em primeiro lugar, que estes dados não foram verificadas de forma independente; e, em segundo lugar, que a opinião expressa neste relatório se baseia em informações fornecidas por um estado membro da ONU, Moçambique, que, na sua estratégia de contra-insurreição de inícios de 2019, determinou já o único e principal inimigo são insurgentes islamistas estrangeiro? Será este um caso de profecia que se cumpre a si mesma?

Verificou-se num tribunal de Pemba, no decorrer de julgamento de um islamista capturado, que vários moçambicanos receberam treino militar num campo no leste do Congo dirigido pelas FDA. Esta organização, liderada sobretudo por dissidentes ugandeses que lutam contra o presidente Museveni, é uma força possante e calejada pelo combate, que tem uma interpretação radical e violenta das escrituras do Islão e procura estabelecer uma ligação com movimentos jihadistas como o ISIS ou a Al Qaeda (Fahey,

2015; Congo Research Group, 2018). Operam dentro e fora da parte ocidental da República Democrática do Congo, onde dão formação militar aos seus próprios combatentes e a combatentes estrangeiros, incluindo jovens moçambicanos.

O recente estudo de conceituados académicos ligados ao IESE (Habibe et al., 2019) demonstra inequivocamente que existem jovens muçulmanos inspirados pela ideologia wahabi que foram doutrinados e receberam treino militar no país e no estrangeiro, também nos campos de treino do leste do Congo. A sua ligação operacional ao ISIS e à ISCAP tem sido seriamente posta em causa por vários investigadores académicos (Swart, 2018; Opperman, 2019), pelo menos em 2018 e 2019. Habibe et al. (2019) dizem que, entre os que entrevistaram para o seu estudo, o ISIS era praticamente desconhecido. Será que o aumento da capacidade de combate dos insurgentes que tem sido ultimamente observado e o facto de empunharem a bandeira negra do ISIS quando atacam ou ocupam uma aldeia ou cidade¹⁷ indiciam que o ISIS/ISCAP se apoderou da insurreição de Cabo Delgado? E, se for esse o caso, que sabemos nós dos motivos e causas directas desta conjuntura potencialmente crítica? Autores como Morier-Genoud (2018) e Postings (2019) têm mais do que apenas indícios circunstanciais para sustentar a percepção dessa apropriação?

Esta opinião é também partilhada e propagada por assessores de segurança ligados a empresas e instituições de segurança privadas ligadas à Guerra contra o Terror levada a cabo pelos EUA ou ao combate ao extremismo violento, como é actualmente denominado. No entanto, as fotografias apresentadas como prova de um ataque numa certa aldeia foram tiradas em ocasiões diferentes e em locais diferentes, e o rastreio da origem da maior parte das provas apresentadas pelos proponentes da teoria da ofensiva jihadista, tanto em Moçambique como no estrangeiro, conduz sempre a muito poucas fontes associadas ao combate ao extremismo violento executado pelos EUA. Um dos proponentes da teoria da ofensiva jihadista total é Nuno Rogeiro, jornalista português e especialista em geopolítica, que tem defendido uma missão militar liderada pela União Europeia em Cabo Delgado. Nos cenários que propõe, sugere que Pemba, Mocímboa, Quissanga e Palma poderiam ser as cidades, equivalentes a Mossul, Raqqa, Idlib ou Aleppo na Síria e no Iraque, que serão alvo do ISIS através da sua ramificação moçambicana do Shabab.

É com certeza verdade que as sementes do wahabismo lançadas em Cabo Delgado, sobretudo nos anos 80, pelo Conselho Islâmico de Moçambique (CISLAMO) e pelos seus líderes, frutificaram sob a forma de *Ansar al-Sunnah* ou *Ahl al Sunna*, em detrimento do Sufismo (Bonate, 2007). E não pode haver dúvidas de que o *Ahlu Sunnah Waj-Jama'a* e o *al-Sunnah wa Jamaah* estudados por Habibe et al. (2019) encontraram terreno wahabi fértil, que, juntamente com os wahabis que regressavam de estudos na Arábia Saudita e no Sudão, e a doutrinação por sacerdotes radicais, como o falecido queniano Abubacar Rogo, ajudaram a estabelecer o que se poderia chamar uma seita – que, segundo Habibe

et al. (2019), não era inicialmente militarizada. Embora tenham declarado seus inimigos o estado e os muçulmanos não wahabitas, a sua idoneidade e coerência como grupo religioso militarizado, bem como a sua ligação ao ISIS, foram questionadas pelos especialistas no assunto (Bonate, 2018; Swart, 2018; Opperman, 2019).

Num seminário organizado pelo IESE em Dezembro de 2019, o autor de uma obra muito elogiada sobre o islamismo violento radical africano, o norueguês Stig Hansen (2019), também duvidou da capacidade actual do ISIS/ISCAP de projectar significativamente o seu poder até Cabo Delgado. Parece faltar-lhes um enraizamento na cultura local, um critério complementar ao do estabelecimento de redes e comunicação globais da ideologia jihadista. Outros estudiosos e especialistas em Cabo Delgado, como Paolo Israel, têm, contudo, uma opinião diferente, sugerindo que os recentes ataques em Cabo Delgado são claramente atribuíveis ao ISIS/ISCAP.¹⁸

Os cépticos do envolvimento do ISCAP argumentam que seitas islamistas militantes de Cabo Delgado podem (ainda) não conseguir revelar o grau de coerência social, política e militar que seria necessário para levar a bom termo operações militares consecutivas e obter o apoio continuado dos líderes religiosos. E faltar-lhes-ia um programa político, incluindo cobrança de impostos e serviços sociais, que tem sido uma característica típica do ISIS no Iraque e na Síria, e do al-Shabaab na Somália (Gari, 2018). O facto de os atacantes de Mocímboa, em Março de 2020, terem tentado conquistar «os corações e as mentes» parece contradizer a prática dos anteriores atacantes, que maltrataram população, decapitando pessoas aparentemente cuidadosamente seleccionadas numa aldeia e incendiando certas casas.

Concluimos desta observação que os insurgentes reviram agora as suas tácticas anteriores ou devemos partir do princípio de que há mais que um único grupo armado a operar em Cabo Delgado, um grupo que decapita as pessoas e outro que procura chegar ao coração e à mente da população? É uma possibilidade remota, dado que alguns dos recentes atacantes de Mocímboa da Praia foram identificados pela população como tendo estado entre os responsáveis pelo primeiro ataque, em Outubro de 2017.¹⁹ Independentemente das dúvidas expressas nesta secção e da controversa discussão do assunto por especialistas, não podemos descartar um cenário que tem como cerne uma crescente aliança de islamistas armados locais com o ISIS e as FDA, com estas últimas a apropriarem-se gradualmente do que seria uma guerra jihadista em Cabo Delgado. A análise da génese da insurreição islamista militante em Cabo Delgado sugere esta conclusão (Matsinhe & Valoi, 2019).

Xaria e negócios ilícitos – uma aliança improvável?

Aisha Ahmad (2018), autora da obra premiada *Jihad & Co. Black Markets and Islamist Power* («Jihad e Co. Mercados Negros e Poder Islâmico»), estabelece uma ligação entre negócios ilícitos de empresários locais e movimentos islâmicos, sugerindo que a anarquia que resulta de conflitos

violentos e a ausência do estado aumentam os custos de transacção das operações dos empresários e reduzem a sua margem de lucro. Apoiar um movimento muçulmano radical e colaborar com ele, defende a autora, dá aos empresários a possibilidade de criar um mercado negro mais bem regulamentado para transacções ilícitas em que tanto o movimento islâmico como a comunidade empresarial obedecem às regras e recolhem benefícios. O movimento islâmico recebe apoio material e financeiro, enquanto a comunidade empresarial ganha segurança em transacções ilícitas e «fica isenta» das obrigações de pagamento de impostos ao estado, o que aumenta a sua margem de lucro. Como a autora convincentemente demonstra no caso da Somália, este acordo pode levar ao surgimento de um «proto-estado» sob domínio islâmico.

Em Cabo Delgado, há condições favoráveis para que se verifique esse cenário. Em primeiro lugar, há um vínculo histórico do CISLAMO com tendências wahabis com a comunidade empresarial do norte de Moçambique, composta sobretudo por empresários moçambicanos não africanos, geralmente de origem indiana ou paquistanesa, referidos na linguagem coloquial com o termo despectivo *monhés*. Muitos deles estão intrinsecamente ligados ao partido Frelimo e apoiam este partido, que, mesmo aos níveis superiores das chefias, não só ignora o envolvimento desse grupo no comércio ilícito – por exemplo, heroína pela costa de Cabo Delgado e Nampula – com também lucra directamente com esse comércio (Hanlon, 2018; Haysom, 2020). Alguns desses empresários, conhecidos por perspectivas radicais da jihad, estabeleceram negócios nos EAU, que se tornaram um paraíso para evasão fiscal e lavagem de dinheiro. As suas mansões semiterminadas no subúrbio de Belo Horizonte, em Boane, uma cidade vizinha de Matola, podem ser um indicador do declínio de sua taxa de lucro. Em segundo lugar, Habibe *et al.* (2020) e outros apresentam ampla evidência do apoio dado pelos empresários aos grupos insurgentes islâmicos, proveniente do comércio ilícito de madeira, marfim e drogas, bem como do tráfico de pessoas. Em terceiro lugar, a corrupção geral e difundida pela qual Cabo Delgado é conhecido representa um imposto extra, que faz baixar os lucros.

Assim sendo, os interesses comerciais materiais de poderosos empresários muçulmanos moçambicanos de ascendência indopaquistanesa podem coincidir com os interesses religiosos e morais dos insurgentes islâmicos, promovendo uma aliança entre os dois grupos. Há, porém, uma grande diferença relativamente a organizações como a al-Shabaab na Somália. Esse movimento, considerado uma «organização semiterritorial», está profundamente enraizado em comunidades muito além de sua área nominal de controlo (Petrich, 2020), e depende em grande parte da receita local gerada pela cobrança de impostos em mercados, transacções de gado, etc., para financiar a aquisição de armas e o recrutamento de novos combatentes. Até agora, não se comprovou que isso aconteça em Moçambique.

A insurgência em Cabo Delgado em números, conforme registrado por ACLED (entre 1 de Janeiro a 25 de Abril, 2020):

- 101** O número de incidentes violentos, sumando-se a um **incremento de 300%** comparado com o mesmo período do ano passado
- 285** O número **total de mortos registrados**, o que leva o total ao aproximadamente 1,100 desde o início da insurgência. (O Mês de Abril 2020 foi o mês com o número mais alto de mortos desde Outubro de 2017).
- 200+** O número de **mortos civis registrados** (no total mais que 700 desde Outubro de 2017).

Fonte: Carboni Andrea (2020). A concerning escalation in Mozambique. Armed Conflict Location & Event Data Project (ACLED). <https://acleddata.com/2020/04/30/cdt-spotlight-escalation-in-mozambique/>



Conclusões – seis cenários

Concluimos que sob o «nevoeiro da guerra» em Cabo Delgado, vários intervenientes e os seus aliados externos podem ter interesse nessa *Nova Guerra*, e agir estratégica e militarmente em função desses interesses, ocultos pelo nevoeiro e por um apagão total dos meios de comunicação social.

Distinguimos seis cenários ou hipóteses, derivadas de explicações divergentes das origens da violência nas seções anteriores. Obviamente estes devem ser, sujeitos a mais investigação para serem confirmados ou infirmados:

1

Aliança entre negócios ilícitos e islamistas armados

Assente no interesse mútuo, esta hipótese implicaria o eventual surgimento de um proto-estado islâmico em Cabo Delgado, de que beneficiariam ambos os grupos de intervenientes – um, pela consolidação de uma forma radical de Islamismo em Cabo Delgado, e outro, pelo aumento dos lucros resultantes de transacções ilícitas, protegidas pela violência armada islamista. O estado moçambicano perderia cada vez mais o controlo. Dada a ausência de indícios de um programa político por parte dos insurgentes e do estabelecimento de uma base tributária própria, típica deste cenário, consideramos este cenário, por enquanto, irrealista e pouco provável. Para imitar o êxito do modelo do al-Shabaab na Somália, o grupo islâmico de Cabo Delgado pode não estar suficientemente enraizado na cultura local, impregnada de sufismo popular ao longo de séculos. Isto faz com que o surgimento de um proto-Estado islâmico que favoreça agentes económicos ilícitos não seja muito provável nesta altura.

2

Insurgentes como braço do ISIS

Este cenário, muito comum nos actuais relatórios sobre a guerra em Cabo Delgado, identificaria os insurgentes moçambicanos, cada vez mais bem equipados e mais bem formados, como executores de uma acção armada jihadista em Cabo Delgado, que constituiria o primeiro passo de uma incorporação de Cabo Delgado numa ISCAP dominada por islamistas. Neste caso, a ISCAP seria considerada «dona» da violência. O facto de os rebeldes terem empunhado a bandeira do ISIS em ataques a vilas de Cabo Delgado e de o ISIS ter reivindicado os ataques no prazo de 24 horas seriam indicadores da probabilidade deste cenário. Tal como no Cenário 1, porém, há dúvidas quanto ao programa político dos insurgentes, quanto à origem das suas armas e mantimentos, e quanto ao seu local de treino. Também seria necessário explicar como é que os andrajosos insurgentes dos primeiros momentos da ofensiva islamista de finais de 2017 se transformaram numa força de combate bem organizada e bem equipada, que conhece bem o terreno em Cabo Delgado. Apesar destas ressalvas, neste momento, este cenário parece mais realista e mais provável que o Cenário 1.

3

Homens Grandes macondes e secessão de Cabo Delgado

Este cenário assenta na constatação de que muitos cidadãos de Cabo Delgado consideram que a riqueza da província em gás natural lhes pertence e tem de ser defendida contra o interesse dominante dos «sulistas». Agora que o poder político e um parte do poder militar se deslocou para Cabo Delgado, onde se pensam encontrar as riquezas do país, o sonho do Nkavandame de um Cabo Delgado rico e parcialmente autónomo sob domínio maconde pode ser considerado menos fantasioso que quando o líder maconde foi morto por ter dado conta desse sonho. Este cenário implicaria também a atenuação de conflitos intraétnicos. Neste cenário, a elite maconde seria considerada «dona» da violência, mas as acções armadas podem ser executadas por outros, até por unidades especializadas ocultas, possivelmente com o apoio de empresas militares privadas do tipo do Grupo Wagner. O facto de os *Homens Grandes* macondes terem uma posição sólida na liderança política da Frelimo e beneficiarem de oportunidades de negócio em todo o país faz com que este cenário não seja nem realista nem provável.

4

Revolta muâni inspirada pelo islamismos contra a dominação maconde e da Frelimo

Este cenário implica uma tentativa militar de reafirmar o modo de vida e a religião dos falantes de outras línguas que não o maconde em Cabo Delgado. Dialectos do grupo linguístico macua, a que pertence o muâni, são falados pela maioria dos moçambicanos, também em Cabo Delgado. E o Islão é, segundo o censo populacional de 2017, de longe a religião dominante em Cabo Delgado, tanto nas zonas urbanas como zonas rurais, seguida pelo catolicismo. Este cenário pressuporia uma rebelião da maioria muçulmana da costa suaíli contra o regime minoritário que representa o estado da Frelimo, considerado opressivo e corrupto. Dois pormenores podem servir de indicadores. Em primeiro lugar, muitos dos insurgentes parecem ser falantes de muâni ou suaíli e, em segundo lugar, parecem estar a recrutar seguidores na província adjacente de Nampula, predominantemente nas zonas e distritos costeiros, com uma grande afinidade cultural e religiosa com os de Cabo Delgado.²⁰ Uma «aliança de conveniência» com as FDA, o ISIS e/ou os rebeldes da costa suaíli tanzaniana seria interpretada como um reforço do poder bélico dos rebeldes e visaria promover o Islão como religião predominante. Este cenário é, a nosso ver, realista e provável, também porque implica um enraizamento na cultura local.

5

Antigos detentores de poder e recursos contra os interesses dos novos poderosos

Este cenário representa um tipo de conspiração militar apoiada por assistência de segurança externa, por exemplo pelo FSG de Eric Prince e dos seus apoiantes, liderados pelos membros do grupo de Guebuza que, durante muito tempo, foram os anteriores detentores do poder. Teria o duplo objectivo de destruir qualquer sonho secessionista à nascença e consolidar o domínio dos «sulistas», e controlar a riqueza extractiva de Cabo Delgado sob o lema da unidade nacional. A sua motivação estratégica pode incluir a vingança contra um «tribalista» indesejado novo no poder, mas também a prevenção da erosão do domínio histórico dos 'sulistas' sobre os recursos políticos e económicos de todo o país, associados ao medo de tais perdas. Na nossa análise, consideramos realista e provável este cenário, que parece ter um número considerável de adeptos em Cabo Delgado e não só.

6

Sobreposição parcial de cenários

Teoricamente, não se pode excluir a sobreposição parcial e temporária dos interesses dos intervenientes. Poder-se-ia pensar, por exemplo, numa intersecção dos Cenários 1 e 2, o que implicaria um juntar de forças entre o ISIS, negócios ilícitos e grupos armados jihadistas locais a fim de criar um proto-estado islâmico em Cabo Delgado para evitar o domínio dos «nortenhos» e o seu controlo sobre as indústrias extractivas. Poderia também ver-se alguma sobreposição dos Cenários 1, 2 e 3, o que certamente teria de ser considerado um cenário pessimista. Também se poderia imaginar uma intersecção entre os Cenários 1 e 5, em que os principais actores do Cenário 5 usam um «estilo» islâmico na sua acção armada para tentar alcançar os seus interesses estratégicos, sem necessariamente tentarem criar um proto-estado islâmico.

Em todos os cenários, todos os protagonistas podem aplicar violência excessiva e direccionada para dissuadir dissidentes, coagir seguidores, impor a lei e a ordem islâmica ou ludibriar o inimigo e o público em geral sobre a natureza e a autoria da violência.

É difícil determinar a possibilidade e a probabilidade de cada cenário, dada a violência em curso em Cabo Delgado e a proibição, rigorosamente executada pelo governo, de qualquer tipo de investigação por jornalistas e investigadores nacionais, e muito menos uma pesquisa internacional. Daí que uma das questões essenciais, se não a mais importante, sobre a violência em Cabo Delgado seja a seguinte: o que é que o Governo está a tentar esconder ao manter, ou mesmo reforçar, essa proibição? Outra questão importante diz respeito ao

papel de vários factores externos, como sejam os actores globais nacionais e empresariais, no sector energético e na reestruturação da ordem mundial em termos geopolíticos, o que, claro está, inclui o controlo dos principais recursos de gás de Cabo Delgado.

Para responder a estas questões, é necessária uma pesquisa mais qualitativa e comparativa, particularmente num contexto global e regional, no oeste do Oceano Índico e dentro de uma estrutura analítica que permita identificar apoiantes (abertos e clandestinos) de grupos jihadistas na África, por razões de interesses geoestratégicos. Outra linha de pesquisa associada seria sobre os possíveis vencedores e perdedores da guerra de Cabo Delgado, tanto nacional quanto internacionalmente.

Perspectivas sombrias

Se houver um fundo de verdade nas análises e nos cenários atrás apresentados, as consequências para Moçambique, como o conhecemos hoje, seriam enormes e devastadoras. Os projectos de GNL parariam, devido aos ataques e às elevadas despesas gerais de segurança, e, por conseguinte, elevados custos operacionais, ou seriam, pelo menos, substancialmente reduzidos. Todas as outras indústrias extractivas sofreriam provavelmente consequências semelhantes, uma vez que são vulneráveis a tais ataques e não podem ser protegidas pela limitada capacidade das FDS nacionais.

As feridas latentes, políticas, étnicas e religiosas, antigas e novas, certamente se abririam de novo e não só dividiriam Cabo Delgado, mas possivelmente todo o país, sob a forma de uma guerra civil que se propagaria do norte de Moçambique em direcção ao centro, prolongando-se para sul. Estas feridas, mal saradas, podem também atribuir-se ao facto de a Frelimo ter assumido o poder levando à prática a sua ideia de um Estado ao serviço da elite política e militar, e à exclusão sistemática de grande parte da população do acesso ao poder, aos recursos e aos serviços, exclusão essa muitas vezes imposta pela guerra como principal forma de governação (Bertelsen, 2016).

Um cenário assim tão pessimista implicaria grandes dificuldades para conceber e organizar plataformas nacionais, regionais (por exemplo, via SADC) e internacionais que visem encontrar soluções negociadas ou medidas de atenuação de conflitos. E não se poderia excluir uma divisão territorial de Moçambique, como a da Somália.²¹ É, pois, da máxima urgência ponderar a facilitação de condições regionais e internacionais que permitam uma discussão franca e aberta das questões, com todos os intervenientes, e permitir investigação no terreno, necessária para testar a plausibilidade dos cenários atrás apresentados.

Como acção imediata, o governo Nyusi teria de responder ao apelo da sociedade civil e dos seus líderes, incluindo os líderes de grupos religiosos, para deixar de procurar uma «solução» militar para o conflito e recusar e banir qualquer apoio externo, ou seja, a internacionalização da guerra, e acabar com a proibição dos meios de comunicação e da investigação independentes. O Governo moçambicano teria também de ser colocado sob maior pressão internacional para reconhecer oficialmente o número crescente de deslocados internos e permitir que a ajuda humanitária mitigue a situação dramática de mais de 160.000 mulheres, homens e crianças que ficaram sem lar, e são assediadas, torturadas e mortas por agentes das FDS em lugares onde buscam refúgio, nomeadamente na faixa costeira de Cabo Delgado. Além disso, é urgente que a proposta de académicos e intelectuais moçambicanos seja levada a sério, dándose o apoio devido ao estabelecimento de uma plataforma ou convenção nacional para repensar Moçambique – política, económica, social e administrativamente – com base na justiça social, inclusão, equilíbrio fiscal regional e desmilitarização das mentes.

Bibliografia seleccionada

- Allison, Simon (2019). The faceless insurgency in Mozambique that no one can explain. Mail and Guardian, Apr 25, 2019.
- Ahmad, Aisha (2017). Jihad & Co. Black Markets and Islamist Power. New York, Oxford University Press.
- Bertelsen, Bjørn Enge (2016). Violent Becomings: State Formation, Sociality, and Power in Mozambique. New York, Berghahn Books. https://www.academia.edu/28359377/2016_Violent_Becomings_State_Formation_Sociality_and_Power_in_Mozambique_OPEN_ACCESS-FULL-BOOK_
- Bonate, Liazzat J.K. (2007). Roots of Diversity in Mozambican Islam. Lusotopie, Islam en lusophonie XIV (1). 129-149.
- Bonate, Liazzat J.K. (2018). Islamist Insurgency in Cabo Delgado: Extractive Industry, Youth Revolt, and Global Terrorism in Northern Mozambique. St Augustine, University of West Indies.
- Cabrita, João. (2000). The Rise of Samora Machel. In: Mozambique. Palgrave Macmillan, London.
- Chichava, Sérgio (2020). Quem é o “inimigo” que ataca Cabo Delgado? Breve apresentação das hipóteses do governo moçambicano. Maputo. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE). IDelIAS n° 127, Abril 13, 2020. http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/04/ideias-127_SC.pdf
- Cole, Matthew (2019). The complete Mercenary: How Erik Prince Used the Rise of Trump to Make an Improbable Comeback. The Intercept. May 3, 2019. <https://theintercept.com/2019/05/03/erik-prince-trump-uae-project-veritas/>
- Congo Research Group (2018). Inside the ADF Rebellion A Glimpse into the Life and Operations of a Secretive Jihadi Armed Group. Center on International Cooperation New York University. November 2018. <http://congoresearchgroup.org/wp-content/uploads/2018/11/Inside-the-ADF-Rebellion-14Nov18.pdf>
- Cruz e Silva, Teresa (2018). Assassinato de Eduardo Mondlane: 3 de Fevereiro de 1969. In: Mardina, Miguel & Martins, Bruno Sena (org). Lisboa. Tinta-da-China: 184-190.
- De Brito, Luis (2019). A Frelimo, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983. Maputo, 2019. Instituto de Estudos Sociais e Económicos (IESE) http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2020/03/livro_LB.pdf
- De Conceição, Rafael (2006). Entre O Mar e A Terra: Situações Identitárias do Norte de Moçambique (Cabo Delgado). Maputo, Promédia.
- De Waal, Alex (2018). Beyond the Red Sea: A new driving force in the politics of the Horn. African Argument. <https://africanarguments.org/2018/07/11/beyond-red-sea-new-driving-force-politics-horn-africa/>
- Derlugian, Georgi & Earle, Timothy (2013). Strong chieftaincies out of weak states, or elemental power unbound. In: Arpviken, Kristian Berg. Troubled Regions and Failing States: The Clustering and Contagion of Armed Conflict Comparative Social Research, Volume 27, 51-76. eBook Collection. https://www.academia.edu/21558812/STRONG_CHIEFTAINCIES_OUT_OF_WEAK_STATES_OR_ELEMENTAL_POWER_UNBOUND
- Devermont, Judd (2019). Is there an Ethnic Insurgency in Northern Mozambique? August 12, 2019. <https://fraym.io/ethnic-insurgency-nmz/>
- Dolinina, Irina; Marohovskaya, Alesya; Korotkov, Denis & Šimák, Jakub (2019). The Chef's Global Footprints. Organized Crime and Corruption Reporting Project. 17 December 2019. <https://www.occrp.org/en/investigations/the-chefs-global-footprints>
- Dos Santos Garcia, José Inácio (2015). A Guerra dos Macondes (n.p.). private collection. Republished on: <https://niassa1558.blogspot.com/2018/06/livro-guerra-dos-macondes.html>

- Fabricius, Peter (2017). Mozambique: First Islamist Attacks Shock the Region. 27 October 2017. Institute for Security Studies (Tshwane/Pretoria). <http://allafrica.com/stories/201710280066.html>
- Fahey, Daniel (2015). New insights on Congo's Islamist rebels. Washington Post. February 19, 2015. https://www.washingtonpost.com/news/monkey-cage/wp/2015/02/19/new-insights-on-congos-islamist-rebels/?utm_term=.b2ba7005e843
- Faleg, Giovanni (2019). Conflict Prevention in Mozambique. Can there be peace after the storm?. European Union Institute for Security Studies (EUISS). Brussels, BRIEF / Apr 2019 5.
- Feijó, João (2020). Intensification of conflictuality in Cabo Delgado and risk of destabilization of the state. Observatório do Meio Rural (OMR). DESTAQUE RURAL N° 80 14 de Fevereiro de 2020. <https://omrmz.org/omrweb/wp-content/uploads/DESTAQUE-RURAL-N%C2%BA-80-ENG.pdf>
- Gari, Hussein Mohammed (2018). Al-Shabab Template Insurgency and the Expansion of the extremist-type Violence's Parameters in northeastern Mozambique. July 2018. https://www.academia.edu/36977820/Al-Shabab_Template_Insurgency_and_the_Expansion_of_the_extremist-type_Violences_Parameters_in_northeastern_Mozambique
- Habibe, Saide; Forquilha, Salvador & Pereira, João (2019). Islamic Radicalization in Northern Mozambique: The Case of Mocimboa da Praia. Maputo, IESE. Cadernos IESE n°17/2019. http://www.iese.ac.mz/wp-content/uploads/2019/12/cadernos_17eng.pdf
- Hanlon, Joseph (2018). The Uberization of Mozambique's heroin trade. London School of Economics and Political Science (LSE). International Development. Working Paper Series No.18-190.
- Hansen, Stig Jarle (2019). Horn, Sahel, and Rift: Fault-lines of the African Jihad. London. Hurst & Company
- Haysom, Simone (2020). Drug trafficking. From the maskani to the mayor: The political economy of heroin markets in East and Southern Africa. EnactAfrica. Research Paper 13 / February 2020. <https://enactafrica.org/research/research-papers/from-the-maskani-to-the-mayor-the-political-economy-of-heroin-markets-in-east-and-southern-africa>
- Honwana, Alcinda (2013). Youth, Waithood, and Protest Movements in Africa. International African Institute (IAI) – Lugard Lecture 2013. AFRICAN ARGUMENTS. 12/08/2013. <http://africanarguments.org/2013/08/12/youth-waithood-and-protest-movements-in-africa-by-alcinda-honwana/>
- International Crisis Group (2018). The United Arab Emirates in the Horn of Africa. BRIEFING 65 / November 2018. <https://www.crisisgroup.org/middle-east-north-africa/gulf-and-arabian-peninsula/unity-arab-emirates/b65-united-arab-emirates-horn-africa>
- Isenberg, David (2017). Erik Prince To Prince Bin Zayed: The Private Military Connection. 7 July 2017. <https://lobelog.com/erik-prince-to-prince-bin-zayed-the-private-military-connection/>
- Israel, Paolo (2006). Kummwangaleta Guebuza. The Mozambican General Elections of 2004 in Muidumbe and the Roots of the Loyalty of Makonde People to Frelimo. *Lusotopie* XIII (2): 103-125.
- Israel, Paolo (2009). The War of Lions: Witch-Hunts, Occult Idioms and Post-Socialism in Northern Mozambique. In: *Journal of Southern African Studies*, 35(1): 155-174.
- Kaldor, Mary (2005). Old Wars, Cold Wars, New Wars, and the War on Terror Lecture given by Professor Mary Kaldor to the Cold War Studies Centre, London School of Economics February 2 2005. <https://digital.library.nit939zonlse.ac.uk/objects/lse>
- Kalyvas, Stathis N. (2015). How Civil Wars Help Explain Organized Crime—and How They Do Not. *Journal of Conflict Resolution* 2015, Vol. 59(8) 1517-1540. DOI: 10.1177/0022002715587101
- Laweki, Lawe (2019). Mateus Pinho Gwenjere. A Revolutionary Priest. Wandsbeck (South Africa). Reach Publishers.
- Machava, Benedito Luis (2011). State Discourse on Internal Security and the Politics of Punishment in Post-Independence Mozambique (1975–1983). *Journal of Southern African Studies*, 37, 3, 535-609.
- Mahdi, Shireen et al (2019). Mozambique Economic Update. Mind the Rural Investment Gap. Maputo/Washington. The World Bank. December 2019. <http://documents.worldbank.org/curated/en/480651580155354219/pdf/Mozambique-Economic-Update-Mind-the-Rural-Investment-Gap.pdf>
- Marcum, John A. (2018). Conceiving Mozambique. Palgrave/ Macmillan. African Histories and Modernities. Edmund Burke III & Michael W. Clough (Eds).
- Matsinhe, David M and Valoi Estácio (2019). The genesis of insurgency in northern Mozambique. Pretoria. Institute of Security Studies. Southern Africa Report 27, October, 2019. <https://issafrica.s3.amazonaws.com/site/uploads/sar-27.pdf>
- Medeiros, Eduardo (1997). História de Cabo Delgado e do Niassa, c. 1836-1929. Maputo: Central Impressora, 1997.
- Morier-Genoud, Eric (2018). Mozambique's Own Version of Boko Haram is Tightening its Deadly Grip, *The Conversation*, June 11, 2018. <https://theconversation.com/mozambiques-own-version-of-boko-haram-is-tightening-its-deadly-grip-98087>
- Morier-Genoud, Eric (2019). Cabo Delgado. How a local Mozambique Islamic group became Africa's latest terror threat. Quartz Africa. February 24, 2019. <https://qz.com/africa/1558111/mozambiques-islamist-threat-al-shabaab-has-roots-in-tanzania/>
- Müller, Melanie & Vorrath, Judith (2019). Mozambique Still At Risk Despite the Peace Process, A Serious Crisis Looms. Berlin. Stiftung Wissenschaft und Politik (SWP). Comments. No 36, September, 2019. https://www.swp-berlin.org/fileadmin/contents/products/comments/2019C36_mlm_vrr.pdf
- Newitt, Malyn (1995). A History of Mozambique. Bloomington, Indiana University Press.
- Opello Jr, Walter C. (1975). Pluralism and Elite Conflict in an Independence Movement: FRELIMO in the 1960s. *Journal of Southern African Studies*, 2, 1, 66.
- Opperman, Jasmine (2018). Has al-Shabaab Officially Announced Itself In Mozambique? Islamic Theology of Counter Terrorism (ITCT). October 13, 2018. <https://itct.org.uk/wp-content/uploads/2018/10/HAS-AL-SHABAAB-OFFICIALLY-ANNOUNCED-ITSELF-IN-MOZAMBIQUE-1.pdf>
- Opperman, Jasmine (2019). Mozambique insurgency: OP-ED. An expanded Russian interest in northern Mozambique could be a new game changer. Daily Maverick. 14 October 2019. <https://www.dailymaverick.co.za/article/2019-10-14-an-expanded-russian-interest-in-northern-mozambique-could-be-a-new-game-changer/>
- Østensen, Åse Gilje & Bukkvoll, Tor (2018). Russian Use of Private Military and Security Companies - the implications for European and Norwegian Security. Oslo. Norwegian Defence Research Establishment (FFI). FFI-Rapport 18/01300. 11 September 2018.
- Pachinuapa, Raimundo; Rohomoja, Rafael; Kupela, Zacarias; Gemo, Pedro and Themba, Páscoa (2018). 50 Anos do Congresso da Victória (1968 – 2018). Memórias e Testemunhos dos Delegados. Maputo, Nachingwea Editoras.
- Petrich, Katharine (2020). How crime is closely linked to Al-Shabaab's survival strategy. *The Conversation*, April 8, 2020. <https://theconversation.com/how-crime-is-closely-linked-to-al-shabaabs-survival-strategy-134432>
- Pirio, Gregory, Robert Pittelli, and Yussuf Adam (2019). The Many Drivers Enabling Violent Extremism in Northern Mozambique." May 20, 2019; <https://africacenter.org/spotlight/the-many-drivers-enabling-violent-extremism-in-northern-mozambique>

- Postings, Robert (2019). Islamic State arrival in Mozambique further complicates Cabo Delgado violence. The Defence Post. June 13, 2019. <https://thedefensepost.com/2019/06/13/islamic-state-mozambique-cabo-delgado-iscap/amp/>
- Staniland, Paul (2014). Networks of Rebellion. Explaining Insurgent Cohesion and Collapse. Cornell University Press.
- Stronski, Paul (2019). Late to the Party: Russia's Return to Africa. Washington. Carnegie Endowment for International Peace. The Return of Global Russia. https://carnegieendowment.org/files/WP_Paul_Stronski_-_Russia-Africa-v31.pdf
- Sukhankin, Sergey (2019). Russia Prepares a Foothold in Mozambique: Risks and Opportunities. Eurasia Daily Monitor, 16, 142. October 15, 2019. <https://jamestown.org/program/russia-prepares-a-foothold-in-mozambique-risks-and-opportunities/>
- Swart, Joan (2019). Countering Ahlu Sunnah Wa-Jamo (Al-Shabaab) Insurgency in Mozambique. Theology of Counter Terrorism (ITCT). <https://itct.org.uk/wp-content/uploads/2019/01/Countering-Ahlu-Sunnah-Wa-Jamo-Insurgency.pdf>
- Thabiti (2020). Country Report Mozambique. Monthly update. 10 March, 2020 (No 3/2020).
- Vines Alex (2020). The insurgency in northern Mozambique has got worse. Why? Mail and Guardian, 31 Mar 2020. <https://mg.co.za/article/2020-03-31-the-insurgency-in-northern-mozambique-has-got-worse-why/>
- Vines, Alex, Thompson, Henry; Kirk Jensen, Soren & Azevedo Harman, Elisabete (2018). Mozambique to 2018 Managers, Mediators and Magnates. Chatham House Report. London. The Royal Institute of International Affairs, Chatham House, https://www.chathamhouse.org/sites/default/files/field/field_document/20150622Mozambique2018VinesThompsonKirkJensenAzevedoHarman.pdf
- Weimer, Bernhard (2020). Vampires, Jihadists and Structural Violence in Mozambique. Reflections on Violent Manifestations of Local Discontent and their Implications for Peacebuilding. Maputo. Instituto de Estudos Sociais e Economicos (IESE). Serie Cadernos (forthcoming).
- 3 Contam-se entre eles políticos (3), detentores e exdetentores de cargos públicas (5), empresários e profissionais do sector privado (4), académicos e investigadores (6), diplomatas e representantes de agências internacionais (5), representantes da sociedade civil, dos meios de comunicação social e de organizações religiosas (6), pessoas ligadas a agências de segurança públicas e privadas (3) e motoristas de táxi (3).
 - 4 Tradução do árabe: «Não há outra divindade além de Deus.»
 - 5 «Sintonia Zero!», Media Fax, 4 de Fevereiro de 2020.
 - 6 <http://portals.flexicadastre.com/mozambique/pt/>
 - 7 Por exemplo, a companhia Mwiriti Limitada de Pachinuapa detém 13 concessões mineiras em Cabo Delgado, cobrindo mais de 2.000 km2, incluindo a Ruby Mining de Montepuez, em parceria com a Gemfields, conhecida por ter cometido no passado violações dos direitos humanos, em colaboração com unidades das FDS.
 - 8 Carta de Moçambique, 20/05/2019
 - 9 <https://www.themoscowtimes.com/2019/11/21/russian-mercenaries-linked-to-gruesome-syrian-torture-and-beheading-video-a68261>
 - 10 Cabo Delgado, an international battlefield? («Cabo Delgado: um campo de batalha internacional», The Indian Ocean Newsletter, 28/02/2020
 - 11 Ver entrevista com a Al Jazeera (em inglês), Parte 1, <https://www.youtube.com/watch?v=QmDff1wP1AA>, Parte 2: https://www.youtube.com/watch?v=cLaGcG_rJMk
 - 12 Pelas Declarações de Jean Boustani: Ministério Público é Obrigado a Investigar Imediatamente Armando Guebuza. Centro de Integridade Pública. Anticorrupção. Edição N° 20/2019 Novembro.
 - 13 Mozambique: Investing in Mozambique, Country profile Mozambique <https://www.nordeatrade.com/en/explore-new-market/mozambique/investment>
 - 14 Segundo um dos principais informantes, residente em Pemba
 - 15 Magazine Independente, 31 de Março de 2020.
 - 16 Em nosso contexto, não fazemos distinção entre ISIL e ISIS.
 - 17 Ver, por exemplo, o artigo atempado e rigoroso de Joseph Hanlon: MOZAMBIQUE News reports & clippings 479, 9 de Abril de 2020. http://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk/technology/mozambique/files/files/Mozambique_479-9Apr2020_Muidumbe_attack.pdf
 - 18 Comunicação pessoal.
 - 19 Comunicação pessoal do Professor Salvador Forquilha, director do IESE.
 - 20 Autoridades avisam: “Não se exponham a atacantes em Cabo Delgado!”. DW (Deutsche Welle)-Portuguese 09/03/2020. <https://www.dw.com/pt-002/autoridades-avisam-n%C3%A3o-se-exponham-a-atacantes-em-cabo-delgado/a-52691737>
 - 21 A ruptura, de jure, de um estado africano tem apenas dois precedentes: Etiópia / Eritreia e Sudão do Sul.

Outras fontes usadas:

allAfrica.com; Carta de Moçambique; Club of Mozambique. Correios de Manha, Magazine Independente, Mediafax, Savana Weekly

Notes

- 1 Abrindo uma excepção à sua prática de publicação habitual, o CMI acedeu ao pedido de anonimato do autor, tendo em conta os riscos em que incorre ao fazer investigação e editar estudos sobre a guerra em Cabo Delgado. O autor gostaria de exprimir os seus agradecimentos aos quatro revisores e a equipe da CMI por publicar este estudo. Correspondência ao: dossantosfrancisco939@gmail.com
- 2 Por exemplo, por ocasião da mesa redonda do Centro de Estudos Estratégicos e Internacionais de Washington (CSIS) sobre o entendimento do extremismo no norte de Moçambique. https://www.youtube.com/watch?time_continue=723&v=34aJMFN2XuE